



O SR. PRESIDENTE (Celso Jacob. MDB - RJ) - Declaro aberta a presente reunião de audiência pública da Comissão de Educação, atendendo ao Requerimento nº 479, de 2018, de minha autoria, Deputado Celso Jacob, para analisar e debater as propostas oriundas do Grupo de Trabalho instituído pelo MEC, através da Portaria nº 50, de 2018, que tem por finalidade atualizar os referenciais de qualidade da educação superior a distância.

Convido para compor a Mesa a Sra. Matos Rehem, representante da Secretaria de Ensino Superior do MEC; o Sr. Gustavo Fagundes, representante da Comissão Nacional de Avaliação de Educação Superior — CONAES, MEC; a Sra. Elizabeth Guedes, Vice-Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares — ANUP; e o Sr. Fábio José Garcia dos Reis, especialista em educação.

Antes de passar a palavra aos convidados, informo que a reunião está sendo gravada para posterior transcrição. Por isso, solicito a todos que forem usar a palavra que falem ao microfone para melhor ordenamento dos trabalhos.

Adotaremos os seguintes critérios: cada expositor terá o prazo de 15 minutos para sua exposição, não podendo ser aparteado. O debate será aberto ao final das últimas palestras, e as perguntas deverão se restringir ao assunto da exposição.

Informo que esta audiência é interativa e há uma sala aberta para que os internautas enviem suas perguntas na página da Comissão de Educação.

Informo aos Parlamentares que a lista de inscrição para os debates encontra-se na nossa mesa de apoio e solicito aos Deputados interessados em interpelar os palestrantes que se inscrevam previamente.

Vamos passar às exposições.

Concedo a palavra à Sra. Cleunice Matos Rehem, representante da Secretaria de Ensino Superior do MEC.

Antes, registro a presença do Deputado Izalci Lucas, do PSDB do Distrito Federal.

A SRA. CLEUNICE MATOS REHEM - Muito obrigada. Bom dia a todos e todas.

Início ressaltando a importância de se discutir este assunto tão relevante para o nosso País, que é a oferta da educação superior a distância, objeto desta audiência pública. A partir da iniciativa da Secretaria de Educação Superior, do nosso Secretário, o Dr. Paulo Barone, que, analisando o tempo passado de um referencial de qualidade para a educação superior a distância produzido em 2007 e que vinha sendo utilizado como referência para as decisões nessa área de oferta de educação superior, constituiu-se o grupo de trabalho



com o objetivo de realizar a atualização desses referenciais de qualidade, no sentido de assegurar crescentemente a melhoria da qualidade da educação superior a distância.

O grupo foi instituído, como disse o nosso nobre Deputado, pela Portaria nº 50. Posteriormente, Deputado, essa portaria foi complementada pela Portaria nº 68, que incluiu mais representações, e pela Portaria nº 78, que, na verdade, fez a constituição do grupo. Esse grupo vem realizando reuniões presenciais dos subgrupos e frequentemente reuniões virtuais e um trabalho bastante intenso de troca de informação e de construção de textos e conhecimentos, para que esses referenciais sejam, de fato, atualizados com a qualidade esperada pelo conjunto da sociedade brasileira. Esse grupo, Deputado, tem o prazo de 120 dias, estabelecido pela Portaria nº 78, para que esse documento seja atualizado.

Eu vou fazer aqui uma rápida apresentação.

(Segue-se exibição de imagens.)

Aqui estão os nomes dos 33 representantes que compõem esse GT, coordenado pelo nosso Secretário, Prof. Paulo Barone, que se esforçou muito para estar aqui, mas, em função de compromissos inadiáveis, não pôde comparecer a esta reunião.

Essa é a representação. Esse eslaide mostra representações não só do Ministério da Educação, por meio de suas Secretarias da administração direta, mas também da CAPES, do INEP, do CNE, da CONAES, da ANDIFES, do CONIF, da ABED, do ForGrad — e nós estamos aqui com o representante da ABED, Dr. Stavros —, da UniRede, da ABMES, da ABRAFI, da ABRUEM, do CRUB, da ABRUC, da ANACEU, da ANEC, da ABIEE, da ANUP, e dez especialistas em educação com um viés bastante forte em educação a distância.

A representatividade desse GT é muito grande. Na verdade, nós temos a possibilidade de ter esses referenciais atualizados pelo conjunto das representações da educação superior em nosso País. Então, isso nos assegura que o trabalho com certeza vai ser feito com qualidade.

Por que esses referenciais? Os referenciais foram determinados por três grandes variáveis: a primeira é a nova Ecologia Cognitiva Digital, que está demandando novos procedimentos, novas decisões e novas atualizações para a oferta com qualidade e que alcance todos aqueles que precisam ter educação superior de qualidade; a segunda é relativa a novas tecnologias diversas que permitem práticas incomuns no universo da EAD; e a terceira, muito importante, é a legislação renovada para a oferta de Educação Superior a Distância.



Há um conjunto de normativas que impõe a atualização desses referenciais. Esse é o trabalho que está sendo realizado. Não preciso me alongar sobre a nova Ecologia Cognitiva Digital nem sobre as novas tecnologias diversas — uma questão tão comum e do domínio de todos —, que vêm permitindo um acesso com muito mais facilidade para quem não teve a oportunidade, anteriormente, de fazer um curso superior. Em relação às novas normativas, temos o Decreto nº 9.235, o Decreto nº 9.057, que foi específico para essa questão, a Portaria Normativa nº 11, da SERES, a Resolução nº 1, do CNE, e as DCNs, para os cursos que as têm, para educação superior.

Há algumas reflexões que nós podemos fazer, porque o grupo está bastante dedicado a ter como referência um currículo mais adequado que responda a um perfil do novo estudante da educação superior. A educação a distância não precisa necessariamente ser um curso totalmente a distância. É possível — e a legislação permite isso — que parte de um curso presencial possa ser oferecido a distância.

Esse grupo, Deputado, decidiu em sua primeira reunião presencial que esses referenciais seriam estruturados em eixos. Esse eslaide mostra os eixos de estruturação dos referenciais que foram decididos pelos 34 integrantes do grupo.

O primeiro eixo é voltado para a contextualização da educação superior, com enfoque bastante forte sobre qualidade, cenários e tendências, tanto no Brasil quanto no mundo.

O segundo eixo é referente à inovação, com considerações bastante interessantes que estão sendo levantadas e construídas pelo subgrupo, que está dedicado a refletir sobre padrões de qualidade e inovação que a educação a distância requer.

O terceiro eixo se refere aos processos formativos, e o subgrupo que está responsável por esses processos formativos tem desenvolvido um trabalho bastante denso para que critérios e itens de referências inovadores possam ser oferecidos às instituições ofertantes.

O quarto eixo foi denominado de meios, e o GT está dedicado a isso para definir critérios de qualidade relacionados com infraestrutura, com equipes de gestão, com todos os meios que são requeridos, como laboratórios e toda infraestrutura requerida para uma oferta de qualidade da educação a distância.

O quinto eixo diz respeito a recursos humanos. O subgrupo também está definindo critérios novos para apropriação de recursos humanos adequados.



O sexto eixo consiste em entregas e resultados, com abordagem bastante inovadora sobre o perfil de egressos de um curso de educação a distância. As instituições têm que ter responsabilidade e compromisso com isso, ou seja, que entregas e que resultados de qualidade devem ser esperados por uma instituição que oferta educação superior a distância.

O sétimo eixo é voltado para os critérios relacionados com avaliação, regulação e supervisão da educação superior a distância.

O grupo está subdividido em sete subgrupos, com trabalho bastante intenso para que, provavelmente muito antes do prazo, possa oferecer ao Ministério da Educação um documento consistente e de qualidade e que possa ser submetido a uma audiência pública e ao Brasil inteiro para opinar e indicar possibilidades de aprimoramento. E um passo seguinte a essa submissão ao público, por meio do Portal do Ministério da Educação, serão os ajustes, os aprimoramentos necessários e um ato que autorize a publicação desse documento para a sociedade brasileira.

A expectativa do Ministério da Educação é de um trabalho de muita qualidade, sobretudo pela qualidade dos representantes desse GT, que já deram sinais muito claros de que desejam, de fato, inovar e querem um documento que assegure qualidade nessa oferta e de modo inovador.

Eu vou parar por aqui, porque entendo que o meu tempo já se esgotou. Estou à disposição para qualquer questionamento que venha a ser necessário.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Celso Jacob. MDB - RJ) - Agradeço-lhe pela participação.

Acho que foi muito importante a primeira participação, porque começou a esclarecer o objetivo da Comissão, que é acompanhar a avaliação do ensino a distância, que nos interessa. A Comissão de Educação é uma parceira do MEC, visto que ela é muito atuante. Então, é muito importante acompanharmos essa avaliação. E, com certeza, nós estamos contribuindo nesta audiência pública com esta oportunidade de saber como está sendo feito esse trabalho e também analisar os resultados.

Tem a palavra o Sr. Gustavo Fagundes, representante da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior — CONAES/MEC.

O SR. GUSTAVO FAGUNDES - Exmo. Deputado Celso Jacob, na pessoa de quem cumprimento os membros desta mais do que qualificada Mesa, senhoras e senhores, eu



gostaria apenas de contextualizar minha participação nesta Mesa, na condição de representante do Prof. Paulo Cardim, Presidente da CONAES, que, por questões de saúde, não pôde estar presente aqui.

A minha fala é essencialmente lastreada na documentação da Presidência da CONAES, muito mais no sentido de, primeiro, registrar a qualidade da equipe da comissão, que está tratando do assunto no âmbito da Secretaria de Educação Superior, e ressaltar também, embora um pouco repetitivo, que a necessidade de revisão dos referenciais de qualidade é evidente. Nós temos, hoje, referenciais traçados em 2007, com base numa legislação de 2005, e essa legislação sofreu uma grande ruptura em 2017, nós tivemos uma mudança radical de postura regulatória do Estado em relação à educação superior de modo geral e em relação à educação a distância de uma maneira ainda mais clara.

Percebe-se claramente que o Estado vem progressivamente abrindo mão do seu poder excessivamente regulador, de uma questão de atuação excessivamente burocrática. Nós tínhamos antes uma regulação que era essencialmente focada em achar as exceções ao cumprimento da regra.

Então, ela era uma regulação focada em buscar aqueles que não cumpriam a norma. E, hoje, nós temos uma regulação focada essencialmente no princípio da boa-fé. A regulação de hoje é traçada para prestigiar aqueles que cumprem a regra e que se portam de forma adequada. Para aqueles que não cumprem, nós temos os instrumentos de supervisão, de monitoramento e de sancionamento.

A preocupação da Presidência da CONAES é que essa evolução nos referenciais de qualidade, embora logicamente tenha que ter como foco a evolução do processo educativo em si, não desconsidere alguns princípios fundamentais do nosso sistema de avaliação. A preocupação da Presidência da CONAES começa por uma questão que nós julgamos essencial, que é o respeito à identidade das instituições, o respeito à sua diversidade e a criação de critérios avaliativos que respeitem efetivamente as tipologias distintas das instituições.

Nós entendemos que não podemos continuar avaliando com a mesma régua faculdades, centros universitários e universidades. Esse já é um discurso antigo. A imposição de critérios únicos para esses três tipos de instituição, como, por exemplo, consta hoje no instrumento de avaliação institucional o critério de titulação do corpo docente, não parece muito justo, muito isonômico, porque uma universidade — os senhores sabem disso



tão bem quanto eu — tem obrigação de ter, pelo menos, 33,3% dos seus docentes com titulação em nível de pós-graduação *stricto sensu*, mestrado e doutorado.

Então, o que é satisfatório para uma universidade, para um centro universitário, porque é a régua legal, não pode ter o mesmo peso para uma faculdade isolada, que não tem essa exigência legal.

Então, é preciso, antes de mais nada, que os referenciais de qualidade enxerguem muito claramente o respeito à identidade e à diversidade institucional. Isso é princípio básico de isonomia e é uma luta que nós temos há muitos anos travado com o sistema federal de ensino. Conseguimos alguns avanços, mais ainda falta muito para que o respeito à identidade, de fato, se faça presente no processo de avaliação.

É preciso que os referenciais considerem claramente os documentos institucionais, os planos institucionais, os projetos de curso, porque, nesses documentos, está, de fato, apresentada a identidade institucional. Então, a avaliação tem que ter como um dos pressupostos o conhecimento e o acatamento a esses documentos institucionais. Cada um tem que ser cobrado de acordo com a sua identidade e com a sua individualidade, sem esquecer naturalmente o básico regulatório comum a todos.

Outro aspecto que a Presidência da CONAES entende como importante é que seja aferido, de fato, não só o aparato tecnológico disponibilizado, mas também, principalmente, a sua efetiva utilização no processo pedagógico. A ostentação de recursos tecnológicos, sem a efetiva demonstração da sua efetividade pedagógica, não nos parece útil, acaba sendo a concorrência de quem pode comprar o último recurso, de quem pode disponibilizar a maior novidade, sem a preocupação com isso no efetivo processo pedagógico.

A questão, também, da familiarização do nosso acadêmico com a modalidade me parece extremamente importante. Agora parece que nós vamos começar a receber, daqui para frente, daqui a alguns anos, egressos do ensino médio um pouco mais ambientados com a educação a distância. Essa, talvez, seja uma das grandes dificuldades da implantação da EAD na educação superior. Nós recebemos alunos totalmente formatados para o ensino presencial e queremos, sem um processo de ambientação, de familiarização, jogá-los no mundo da EAD. Eu acho que é preciso também que os referenciais de qualidade atentem para esse processo de ambientação do acadêmico no ambiente da educação a distância.



Outra questão que preocupa um pouco a CONAES é o excessivo abrandamento da regulação na educação a distância. Nós vínhamos de um sistema absolutamente regulado em que, por exemplo, uma instituição dificilmente conseguia começar a ofertar a educação a distância de forma ampla, porque era necessário que fosse avaliada a sua sede e os seus polos de apoio presencial, para que o MEC pudesse aferir a premissa de qualidade com que aquela instituição ia se lançar numa nova modalidade educacional. Desde 2017, a avaliação dos polos simplesmente sumiu do processo. Uma instituição que se credencie, por exemplo, com um conceito satisfatório fazendo o básico em termos de qualidade, que é o conceito 3, sem que os polos sejam analisados no processo, presencialmente, pode, a cada ano, sem qualquer tipo de análise prévia do MEC, colocar para funcionar mais 50 polos. A previsão legal, hoje, é de que nem no processo de credenciamento esses polos serão objeto de avaliação. Existem, é claro, o processo de supervisão e o processo de monitoramento, que em tese permitem um certo acompanhamento, mas esses processos não são automáticos como é o processo de avaliação. Então, a CONAES entende que é preciso chegar a uma fórmula em que a avaliação dos polos volte a compor o nosso referencial avaliativo.

Na nossa leitura, o próprio MEC reconhece que esse passo foi um pouco excessivo. Eu digo isso sem medo de errar, porque, se os senhores analisarem a Portaria nº 1.186, que foi publicada na semana passada, o MEC cria um programa de avaliação especial da educação superior que tem como um dos focos garantir que em 12 meses 150 instituições de ensino credenciadas para EAD passem por um processo de avaliação especial compreendendo a avaliação da sua sede e dos seus polos. Se não houvesse indício de que a abertura regulatória foi excessiva, esse processo de avaliação não seria necessário, porque estaria tudo dentro da normalidade. Então, parece-me que o próprio MEC percebe que abriu demais a porta, talvez sem que o nosso mercado estivesse amadurecido para essa liberdade regulatória. Parece que nem todos os atores estavam amadurecidos. Então, na visão da Presidência da CONAES, faço questão de ressaltar, a Portaria nº 1.186 é quase um *mea culpa* do Ministério entendendo que é preciso dar um pouco mais de atenção na avaliação à questão dos polos de apoio presencial.

Ao encerrar, até porque eu acho que o debate é mais produtivo do que a mera explanação, quero dizer que entendo que é preciso que o processo de avaliação como um todo também evolua. Nós temos um processo de ensino-aprendizagem no qual cada vez



mais se prestigia a autonomia do aluno, a participação ativa do aluno na avaliação, e a avaliação no sistema federal parece que caminha em sentido inverso. Hoje, ela acontece quase como um *checklist*, como uma inspeção, sem que possa haver de fato e legitimamente uma interação entre instituição e avaliadores. Os avaliadores chegam à instituição quase com um *checklist*: cumpre, não cumpre, fez, não fez. Eu acho que a avaliação também precisa evoluir para um processo um pouco mais dialogal, em que a própria instituição avaliada tenha um papel um pouco mais ativo no processo e tenha mais possibilidade de se apresentar como instituição, e o respeito à identidade e à diversidade tem papel fundamental nesse processo.

Essencialmente, senhores, era isso que a Presidência da CONAES queria trazer para a discussão. Ressalto, mais uma vez, a qualidade do trabalho que vem sendo levado a efeito pela comissão do MEC. Quero pedir que esses pontos que foram levantados também mereçam uma atenção especial nesse processo de discussão dos referenciais de qualidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Celso Jacob. MDB - RJ) - Agradecemos a sua participação.

Vamos conceder a palavra à terceira participante, Elizabeth Guedes, Vice-Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares — ANUP.

A SRA. ELIZABETH GUEDES - Obrigada, Deputado Celso Jacob, por esta oportunidade de a ANUP estar, mais uma vez, em uma audiência pública.

Ao cumprimentar a Profa. Cleunice, eu cumprimento todas as pessoas da mesa e os colegas que se seguirão e que, certamente, vão abrilhantar o debate. Saudando o Waldemar, nosso colega, eu também quero saudar as pessoas que vieram assistir à reunião.

Agradeço sempre a infraestrutura da Comissão de Educação, que está aqui sempre nos recebendo com tanto carinho.

Eu tenho a impressão de que a Profa. Cleunice foi muito completa na explicação do processo que ocorre hoje dentro do MEC, com a participação de especialistas e de associações que cobrem todo o espectro de representação do ensino superior. Acho que na colocação que o meu colega Gustavo fez em nome da CONAES, e sei que grande parte em nome dele também, que é um ferrenho advogado das boas causas de educação, ele



fez também um panorama muito completo de em que ponto nós estamos e o que precisamos fazer para mudar.

Eu então vou evitar tocar nesses dois pontos e vou voltar para um assunto que eu acho que é muito sério. Eu acho que nós estamos condenados ao passado. Nós vivemos presos ao passado. O nosso aparato regulatório é burocrático, formal, atrasado, não dá conta do que é moderno. Entre no TED ou em qualquer universidade de primeiro mundo, do mundo desenvolvido, e eles estão discutindo inteligência artificial, holografia, e nós estamos aqui pensando se pode 30% no laboratório. A liberação dos polos não ocorreu por outro motivo que não fosse, primeiro... Nós voltamos a 2011, senhores. Antes era tudo fechado, não podia nada. Então, o jeito de dizer que nós somos ágeis para caramba é liberar os polos para todo mundo, e nós voltamos a ter polo já até em cima de padaria. Outro dia eu mesma mandei para o Secretário uma imagem que claramente era a de uma loja do Corinthians, estava lá, tiraram o emblema do Corinthians, mas estava lá a coisa do Corinthians com a marca de uma escola nota 4, senhores — nota 4! Eu não estou dizendo que quem está pirateando, barbarizando o mercado é gente com nota 2, não.

Lamentavelmente, o Brasil é um País em que qualquer regra que se impuser o brasileiro vai sempre tentar burlar e tirar uma vantagem. Num mercado pulverizado como o nosso, em que os *players* não são lá... É claro que nós temos muita gente séria, mas temos gente que não é essa Brastemp toda. O que estamos vendo é uma verdadeira barbaridade: polos de EAD com cursos presenciais, inclusive abertos e não registrados no MEC, tanto que uma das ações que o MEC está desenvolvendo nesse programa especial que o Gustavo citou é justamente em relação a isso, polos que estão abertos e não são reportados, polos abertos a mais da quantidade.

Então, como nós estamos falando de EAD, a minha esperança é que esse grupo de trabalho traga luzes para essa área. Nós não vamos a lugar nenhum desse jeito. Hoje em dia, e cada vez mais, o recrutamento no mercado de trabalho não vai ser mais em cima desse diploma, porque o diploma que nós temos hoje é um negócio do século passado. É assim, olha, se você é engenheiro: *"ele é engenheiro mesmo, está vendo? Olha aqui, eu estou dizendo para você que ele é engenheiro"*. E aí você então começa a chamar os engenheiros para depois saber quem essas pessoas são. Nós sabemos que o mercado de trabalho mudou. Hoje, o que se quer são muito mais os *skills* do que propriamente o conhecimento técnico, e eles vão ser recrutados através de pequenos robôs, que vão



pesquisar a sua atividade no Twitter, no Facebook, vão ver o que você estudou e, talvez, quem sabe, um dia os empregadores nem queiram mais o nosso diploma, se nós continuarmos a entregar diplomas dessa forma burocrática, atrasada.

Os instrumentos de avaliação — isso não é crítica a ninguém, nem ao Secretário atual, nem ao Secretário passado, nem ao futuro — são o processo de atraso que se instalou, na minha opinião, a partir do Governo depois do Governo do Fernando Henrique. Não vou dizer que é do PT, vou dizer que foi depois dali, quando nós deixamos de ter uma visão de liberdade, para ter uma visão de que todo mundo tem que ser vigiado de perto. E aí, como não há condição de vigiar todo mundo de perto, cria-se um aparato regulatório enorme, que não serve para grande coisa, e que a sociedade não compreende.

Então, o que nós temos discutido com o Ministério é o seguinte: são 7 mil visitas por ano. Todo mundo sabe que o INEP faz milagre. Por que nós não temos agências certificadora independentes? Por que não chamamos a KPMG, por que não chamamos a Deloitte, que fazem auditorias em todas as empresas? Por que eles não podem ser os nossos auditores? Por que temos que ter um BASis, aí eu tenho o BASis que tem que ser um professor, o professor tem que ser doutor, e eu nem sei se o professor está entendendo de fato o que está ali dentro daquele instrumento de avaliação. A sociedade não sabe o que está dentro do instrumento de avaliação, aliás, muitos de nós aqui não o conhecemos profundamente. Vou retirar de cara a lara, porque ela é especialista nisso, mas lara sabe disso: não é todo mundo que sabe o que está dentro do instrumento de avaliação. Então, avaliamos as instituições por ENADE e por instrumento de avaliação pelo INEP, e nós queremos contar para a sociedade qual é a nota da escola. Temos então que fazer *ranking*, porque ninguém vai entender aquilo, e não basta aquela quantidade de menções. Existem os padrões decisórios, além deles existe a nota técnica. Então, que mundo é esse? Que mundo é esse em que o MEC acha que nós estamos vivendo? Ele vai destruir o mercado de EAD, porque nós vamos ficar totalmente desmoralizados. Não existe mais esse negócio de barreira de língua. Os nossos alunos estão ficando bilíngues que mais não seja para ler os aplicativos. Então, essa história de que "*ah, nós temos um mercadinho mais ou menos controlado porque não vai entrar ninguém aqui*"... Daqui a pouco entra, se certifica, o mercado de trabalho aceita, e os caras vão dizer: "*Não, eu só quero curso a distância se for de instituição estrangeira. Brasileira eu não quero.*"



Nós sabemos que o estrago que fazemos na educação começa hoje, e o resultado aparece daqui a 3, 4 anos.

Eu não vou usar o meu tempo todo, pasmem, porque eu acho que o que eu queria dizer era essencialmente isso. Nós vivemos no passado, nós estamos nas trevas. O MEC está nos conduzindo ao mundo mais atrasado do mundo, que é esse mundo onde há um monte de regras, todo mundo tentando burlar. Outro dia eu ouvi de um coordenador de curso: "*Beth, para de querer mudar os instrumentos, porque esses instrumentos eu sei utilizar. Se nós mudarmos demais, nós vamos perder o controle*". Mas controle de quê? Das notinhas que nós ganhamos do INEP?

Entenderam? Eu acho que, se nós temos compromisso com o futuro, se nós queremos que o Brasil cresça, se nós queremos que os nossos alunos, os nossos filhos, os nossos netos, sejam pessoas com grau de empregabilidade internacional, que possam sair daqui e almejar um trabalho em outro País, nós temos que mudar a nossa forma de encarar essa questão da regulação. Não adianta mudar um pouquinho. Temos que chegar lá e dizer "*olha, chega desse negócio. Vamos começar de novo? Vamos pensar um mundo novo, porque nós estamos vivendo como 10 anos atrás.*"

Eu não quero me repetir mais. Quero agradecer de novo por esta oportunidade, dizer que eu respeito muito as pessoas que trabalham no MEC. Acho que são pessoas que trabalham em condições muito precárias. O MEC não tem carreira, o que é uma barbaridade. Nós, do setor de ensino, deveríamos exigir que o Governo tivesse uma carreira. Tem carreira para a Receita, tem carreira para os juízes, tem carreira para a IAPAS, mas não tem carreira para professor e nem carreira para funcionário do MEC.

Não sei se vocês sabem que nós temos contratos temporários da União. Agora, no início de abril, nós vamos ter um apagão na SERES, porque existe o chamado carreirão, em que as pessoas ganham em média 3 mil reais e trabalham 15 horas por dia e muitas delas, inclusive, com a obrigação de atender a questão da CEBAS, em que serão responsabilizadas se atestarem a CEBAS e o negócio não estiver certinho. São insuficientes para trabalhar no MEC. A TI do MEC é terceirizada. Isso é uma vergonha! Isso é uma vergonha. Nós temos que exigir carreira para a TI e para os funcionários do MEC. Educação é carreira de Estado, e nós estamos "*não, porque o instrumento, porque o decreto...*" Esquece. Nós já éramos.

Obrigada.



O SR. PRESIDENTE (Celso Jacob. MDB - RJ) - Agradeço a sua participação.

Vamos a passar a palavra agora ao quarto expositor, Sr. Fábio José Garcia dos Reis, especialista em educação.

O SR. FÁBIO JOSÉ GARCIA DOS REIS - Bom dia a todos. Bom dia Deputado Celso Jacob. Agradeço o convite e a oportunidade de estar aqui. Quero cumprimentar meus colegas de mesa e todos que estão presentes nesta reunião.

Como estudioso da educação superior, vou colocar alguns tópicos que entendo importante olharmos no ambiente do ensino superior, tanto no ambiente externo, o macroambiente, como no ambiente mais nacional, olhando para as instituições de ensino.

Primeiro, nós estamos discutindo os referenciais de qualidade que foram elaborados em 2007 e agora fazendo uma revisão em 2018. Isso é de fato necessário. A educação superior mudou, o mundo mudou, e a forma como nós pensamos o funcionamento das nossas instituições também precisam mudar. Nesse sentido, eu concordo com a Profa. Beth. Nós temos outra concepção de currículo e de espaços de aprendizagem. Hoje, nós precisamos ver qual é o papel do professor, se ele interage mais, se acompanha, numa educação superior que precisa ser mais relevante.

Há relatórios da OCDE, que tem discutido o tema há uns 4 anos sobre se a educação superior continuará sendo relevante ou não. Ela continuará a ser relevante se interagir mais e responder aos desafios da sociedade. Então, a questão não é se é presencial ou à distância. A questão é: nós estamos respondendo aos desafios da sociedade? Nós estamos interagindo e correspondendo àquilo que se espera de nós ou estamos isolados?

O jornal mais respeitado dos Estados Unidos que trabalha com educação superior, o The Chronicle of Higher Education, publicou um relatório recente sobre a crise do diploma. Ele mostra justamente que as pessoas estão buscando microcertificações. E as diversas empresas estão contratando a partir daquilo que as pessoas possuem de competências e habilidades, não em função do seu diploma. Nós temos que considerar que estamos em um ambiente de muita facilidade de acesso à informação e ao conhecimento.

Eu sou professor, dou aula de História toda segunda-feira. Recentemente, há 2 semanas, uma aluna questionou: "*Fábio, por que você está repetindo aquilo que está no ambiente virtual?*". Quer dizer, nós vamos continuar repetindo aquilo que está no ambiente virtual? Como vamos pensar e estruturar a educação? Então, precisamos pensar em



parâmetros de qualidade atualizados e contemporâneos para a educação superior, tanto presencial quanto à distância.

Uma segunda questão é pensarmos em políticas públicas. Eu sou Diretor de Inovação do SEMESP e, nos últimos 10 anos, organizamos viagens internacionais, quando foi possível conhecer experiências exitosas de governo em diversos países. Os países que possuem educação superior competitiva são aqueles que possuem políticas públicas sistêmicas. E eu não vejo isso no Brasil. Nós temos um conjunto de normas e leis. Ora falamos de uma coisa, ora falamos de outra. As coisas mudam. E esse emaranhado dificulta pensarmos a educação superior de uma maneira sistêmica.

Precisamos de políticas públicas que incentivem a criatividade e a inovação, que consigam um equilíbrio entre supervisão e burocracia. Os países estão diminuindo a burocracia, estão trabalhando mais com supervisão, com acompanhamento, e punindo aqueles que não cumprem as normas que foram estabelecidas. Numa visita recente que fizemos à Austrália, neste ano, ouvimos da Vice-Ministra da Educação: *"Aqui o nosso sistema de educação é baseado na confiança"*. Como a Profa. Beth disse, é óbvio que nós temos que mudar comportamentos e atitudes no Brasil para estabelecermos essa confiança.

Precisamos de políticas públicas que valorizem a diversidade. Nós temos um sistema de educação muito mais homogêneo do que diverso. E eu vejo isso como um problema. É preciso valorizar a diversidade, a identidade. Precisamos de políticas públicas que tenham como perspectiva a criação de agências de avaliação. Num sistema do nosso tamanho, talvez essa seja uma solução.

Olhando mais as instituições, é claro que o ensino a distância na educação superior hoje traz novas perspectivas, novos modelos. Nós temos a inteligência artificial, temos o acesso à tecnologia, temos um mundo com uma nova economia. Como nós tratamos esse mundo com essa nova economia? Como nós vamos tratar das novas profissões? Como nós vamos tratar de uma formação por competências? Nesse sentido, não se trata de uma discussão só de educação a distância e de educação presencial. A questão é a educação superior, que exige formação por competências, que exige formação para essa nova economia, que exige um olhar sobre as novas profissões, que exige um olhar sobre o modelo de EAD.



Nós pensávamos num modelo de EAD em 2007 com vídeos e textos. Nós estamos num mundo mais digital e temos que atualizar esses modelos. Os referenciais de qualidade precisam refletir isso. Vivemos num mundo muito mais digital, onde o jovem é digital. Há relatórios de organizações de ensino superior. Recentemente participei de um encontro do LASPAU, uma associação de Harvard, em que a discussão era o perfil do jovem. Nós pensamos em modelos de ensino muitas vezes na nossa perspectiva, baseados naquilo em que acreditamos, e não olhamos esse jovem digital. É interessante pensar como as universidades do Arizona, de Miami, de Monterrey, de Queensland, na Inglaterra, e de Tampere, na Finlândia, pensam a educação a distância a partir do jovem, a partir desse mundo digital, a partir dos melhores recursos que a tecnologia oferece.

Nós falamos muito sobre a questão da aprendizagem, mas como focar mais a aprendizagem no ensino a distância e no ensino presencial? Como focar mais o engajamento do estudante? Como fazer um ensino a distância que engaje, que envolva, que faça os estudantes pensarem em projetos de uma forma colaborativa, conjunta, com a sociedade, com o entorno? Os parâmetros do ensino a distância precisam prever isso também, como no ensino presencial. Temos que considerar a inserção da instituição, porque nós estamos falando em educação. A educação forma cidadãos, pessoas qualificadas. Precisamos pensar sobre essa inserção e sobre essa formação de capacidade de comunicação, enfim, de todas as competências que sabemos necessárias.

Eu tenho muito essa perspectiva de focar mais a aprendizagem dos estudantes, aprendizagem ativa, e tudo aquilo que nós conhecemos. Obviamente esse mundo digital vai nos levar a uma nova forma, nos nossos cursos de licenciatura, de formar professores. Há uma distância entre a formação que nós oferecemos hoje e esse mundo novo e essa nova economia. Essa questão do mundo digital pouco entra nas nossas licenciaturas, pouco entra na nossa formação — isso será um problema para nós —, a de um professor mais digital. Uma revisão dos nossos cursos de formação de professores, sem dúvida nenhuma, também se faz importante. E olhem que nós podemos ter um apagão de professores nos próximos anos, em função da pouca procura dos cursos de licenciatura.

Se nós estamos falando numa educação virtual, numa educação flexível, eu espero que nos próximos anos, e talvez já, deixemos de falar de EAD e presencial e passemos a falar em educação superior. Há experiências muito interessantes no mundo de algo que nós chamamos de educação flexível ou educação híbrida. Os mundos estão conectados.



E aí concordo que não faz sentido ficarmos numa discussão enorme, se se trata de 20%, 30% ou 40%, num mundo em que os espaços de aprendizagem são os mais diversos, em que o acesso à tecnologia é fácil — não é uma questão de presencial e a distância.

Acredito que temos que aproveitar este momento de construção de referenciais de qualidade ou aproveitar este momento de discussão do País para pensar políticas públicas e pensar a educação de uma forma mais ampla. É nisso que acreditamos muito lá no SEMESP e é dessa forma que estamos pensando os documentos que produzimos.

Obrigado. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Celso Jacob. MDB - RJ) - Agradeço à primeira mesa. O debate foi muito rico, muito esclarecedor. Agradeço aos participantes, que deram a sua contribuição. Peço-lhes que se sentem na primeira fileira.

Chamamos agora a segunda mesa de debates: Wellington Baxto da Silva, Iara de Moraes Xavier, Marcelo Gissoni, Stavros Xanthopoulos — acho que pronunciei o nome corretamente ou próximo a isso. *(Risos.)* É um desafio. *(Pausa.)*

Concedo a palavra à primeira participante, a Sra. Iara de Moraes Xavier, representante do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular.

A SRA. IARA DE MORAES XAVIER - Bom dia. Inicialmente eu quero cumprimentar o Deputado Celso Jacob, cumprimentar todos os membros desta Mesa, cumprimentar a Profa. Cleunice, representante da Secretaria de Educação Superior do MEC, cumprimentar todos os participantes presentes a esta audiência pública e dizer do prazer de estar participando desta audiência como representante do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular. E quero cumprimentar mais uma vez o Deputado pela iniciativa de chamar esta audiência exatamente neste momento em que o trabalho vem ainda num processo de construção do documento dos referenciais de qualidade da educação superior.

Quero aqui destacar a presença do nosso Diretor-Executivo, o Prof. Sólon, que está aqui nos prestigiando, e dizer que o trabalho tem sido muito rico, tem sido uma construção coletiva, conforme a Profa. Cleunice apresentou no início desta audiência, conta com a participação de 34 representantes, o que é uma amostragem muito significativa da educação superior brasileira, tanto do setor público quanto do setor privado. Nós temos tido um debate muito rico. A primeira reunião presencial nós tivemos lá no Conselho Nacional de Educação. Eu já participei de várias reuniões dessa natureza em vários momentos e



fiquei inclusive muito bem impressionada, porque todos estiveram presentes. A reunião começou às 9 horas, e ficamos lá até às 19 horas, sem nenhuma ausência e com a presença do Secretário da Secretaria de Educação Superior — SESU, o Prof. Paulo Barone, e do Secretário da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior — SERES, o Prof. Silvio, dois Secretários presentes, o Prof. Sílvio pela manhã e o Prof. Barone o tempo todo, conduzindo a reunião.

Então, foi um momento muito importante essa primeira reunião, em que foi estabelecido todo o marco epistemológico de construção desse documento, quando todos puderam se manifestar, debater e definir, a partir desse dia intenso de trabalho, quais seriam as concepções e esse marco, que passou a orientar exatamente a definição desse trabalho. A partir dessa primeira reunião, como demonstrou a Profa. Cleunice, foram definidos os eixos para os subgrupos começarem a trabalhar. E esses subgrupos entregaram os seus produtos no dia 19 de novembro — não é, professora? —, encaminharam a primeira versão dos produtos à Profa. Cleunice, para uma sistematização. Conforme foi dito, esse grupo de trabalho tem até 120 dias para a conclusão.

No momento desta audiência, eu acho que vale a pena, nessa reflexão que os colegas fizeram anteriormente, trazer como um dos marcos nós pensarmos a grande questão do século XXI, que século é esse? Mais do que pensarmos inicialmente que educação nós queremos, que educação superior se coloca como o grande desafio, precisamos pensar quais são os desafios e as características deste século. Por isso há necessidade de uma nova legislação, há necessidade de novos referenciais de qualidade e há necessidade de pensarmos uma educação superior que dê conta de aglutinarmos a educação presencial e a educação a distância, e não mais termos essa barreira, essa dicotomia entre educação presencial e educação a distância.

Essa dicotomia, esse distanciamento já está superado — essa é a grande discussão, como o Prof. Fábio muito bem trouxe —, como também está superado esse modelo de avaliação. Parece incrível, mas o século XXI tem uma característica, que é a característica da superação muito imediata das questões que são colocadas no próprio século XXI. A Lei do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior — SINAES tem 14 anos. Extremamente moderna quando foi aprovada em abril de 2004, essa lei é uma política de Estado; pela primeira vez, o Brasil traz uma política de avaliação extremamente avançada, que traz para o âmbito da graduação uma avaliação completa, moderna naquele momento,



mas que hoje já carece de uma reformulação, de uma revisão, por conta do dinamismo do próprio processo evolutivo deste século.

Essa lei precisa ser revista exatamente porque essa avaliação já se coloca como uma avaliação a ser reformulada, porque a própria avaliação *in loco* já está superada. E não é por acaso que as avaliações da CAPES são consideradas internacionalmente como uma grande referência, Deputado. Há essa questão de avaliação *in loco* de polo. A própria avaliação *in loco* da sede hoje é uma avaliação muito questionada. Será que o ser humano está preparado para fazer avaliação *in loco*? Será que nós estamos prontos? Será que essa avaliação não é muito impregnada por subjetividades em que ela própria traz em si um componente que mascara o próprio processo avaliativo? São questões que precisam ser respondidas por todos os desafios que são trazidos pelo próprio processo avaliativo.

É necessário também olharmos para os modelos avaliativos internacionais e para o próprio modelo avaliativo que a CAPES trabalha e implanta, que é considerado uma referência internacional e que raramente aplica a avaliação *in loco* como uma possibilidade de avaliação. A CAPES trabalha majoritariamente com avaliação documental, com avaliação de projetos, com avaliação de especialistas que trabalham com avaliações documentais, que são colocadas na Plataforma Sucupira, e com modelos avaliativos extremamente rigorosos e qualificados, raramente com avaliações *in loco*. Então, quanto a essa questão de valorizarmos o fato de que os avaliadores precisam estar nas instituições para que isso traga qualidade, hoje também é feita uma interrogação que precisa ser trazida para o âmbito do debate.

Outra que precisamos discutir é a questão da inovação. Acho que os referenciais de qualidade trouxeram para o debate um componente novo que trouxe uma qualidade ao próprio debate, que é a inovação trazida no seu recorte enquanto sustentabilidade, enquanto inclusão e enquanto diversidade — não a inovação pela inovação, mas uma inovação que garanta esses três aspectos: uma inovação que traga a sustentabilidade, a inovação da inclusão e a inovação da diversidade.

Esses três aspectos são importantíssimos para que se pensem esses referenciais de qualidade e se possa ter esses referenciais como elementos que vão possibilitar a orientação para que não só as instituições de educação superior repensem os seus planos de desenvolvimento institucionais, os seus projetos pedagógicos, mas também o próprio Ministério da Educação repense os seus atos normativos e os seus próprios instrumentos



de avaliação, passe a orientar os seus atos normativos a partir desses referenciais de qualidade, porque eles serão balizadores de todos esses atos que serão pensados a partir desses referenciais de qualidade, que deverão ser ainda — penso eu — em 2018 apresentados a toda a comunidade, para que haja um debate ampliado no sentido de qualificação ainda maior dos próprios referenciais.

Aqui, como representante do fórum, eu quero mais uma vez agradecer a oportunidade e destacar a importância desse debate, dizendo que é fundamental que ele seja cada vez mais ampliado, que não seja apressado, porque é uma produção coletiva de conhecimento que traz uma série de eixos de uma construção muito enriquecedora com um grupo que não se esgotou em 33 pessoas. Eu quero destacar também que a própria Secretaria de Educação Superior — SESU possibilitou que os 33 membros do GT convidassem mais colaboradores. Nosso próprio subgrupo, que eu integro junto com o Prof. Fábio, o Subgrupo de Inovação, convidou algumas pessoas que vieram participar do nosso subgrupo.

Então, esses 33 especialistas em educação a distância, em educação superior, tiveram a possibilidade de convidar mais pessoas. Hoje nós poderemos totalizar umas 50 pessoas se dedicando a esse trabalho, intensamente. Esse trabalho hoje está envolvendo uma parcela significativa de especialistas, de pessoas que atuam com muita qualidade na educação superior, com muita atuação não só no agir como também no fazer da própria educação superior — isso por conta de um trabalho muito efetivo da SESU, da SERES, do próprio Ministério da Educação e também da Comissão de Educação da Câmara.

Nós só queremos agradecer. Tenho absoluta certeza de que, pela condução do trabalho, nós teremos um produto muito consistente, que vai dar uma grande contribuição não só à educação a distância, mas também à educação superior como um todo, na regulação, na supervisão, na avaliação e na própria concepção da educação superior brasileira, olhando também para a internacionalização dessa área, que é essencial para o desenvolvimento e para o crescimento do País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Celso Jacob. MDB - RJ) - Agradeço sua participação. Vamos chamar o segundo palestrante, o Prof. Marcelo Gissoni, Vice-Reitor da Universidade Castelo Branco.

O SR. MARCELO GISSONI - Bom dia a todos. Eu queria agradecer o convite do nosso Deputado Celso Jacob; parabenizar a primeira mesa, que acho que foi tudo o que



eu pensava, tudo o que eu penso; e trazer uma breve lembrança. A Profa. Vera Gissoni é minha mãe. Ela foi uma das precursoras da educação a distância no País. O segundo projeto de educação a distância no País foi apresentado pela Profa. Vera Gissoni. Eu queria deixar isso marcado.

A primeira mesa, não desfazendo da segunda mesa, que ainda não escutei, eu acho que falou tudo o que todo mundo quer ouvir, na verdade. Precisamos falar hoje inclusive sobre a autonomia universitária. É a universidade que vai entender as necessidades de cada região. Este País, gente, é um continente. Cada região tem uma característica. Não podemos nos perder. Não podemos esquecer que somos um continente.

Aproveitando o que a Profa. Beth disse, eu acho que a Harvard já está aqui. Hoje nos certificamos... Gente, desculpa, temos que deixar de mi-mi-mi e começar a entender que a educação não é a educação a distância. A educação é uma só. Por qualquer meio que chega, essa educação tem que chegar com qualidade. Acho que o mercado é que vai separar o joio do trigo. É evidente que tem que haver alguma coisa para regular isso, porque, como disse um participante — agora não me lembro qual deles —, em cima do Corinthians não dá! Foi a Beth. Não dá! Não dá! Acho que tem que ter o básico. Tem que ter uma linha tênue de educação, mas eu acho que quem vai efetivamente escolher, e já escolhe, isso já acontece...

Gente, nós precisamos mudar os nossos professores. Eu tenho uma filha de 11 anos. Eu digo assim: *"Cara, como é que ela consegue ver televisão, falar no WhatsApp e escutar música?"* Isso ocorre dentro de casa. Então, a educação, a distância e presencial, tem que evoluir, porque as habilidades futuras — estou falando de daqui a 5 anos, 10 anos — vão mudar tudo. Ou aprendemos a aprender e nos transformamos, para poder criar novas possibilidades na educação, ou continuaremos sendo um país nem digo de terceiro, mas de quarto mundo, porque seremos ultrapassados. Hoje nós pagamos tecnologia aos países desenvolvidos.

Gente, a única arma que nós temos para transformar este País é a educação. Essa é a melhor arma. Se ficarmos regulando...

Nós passamos agora... Aliás, eu posso dizer com muita propriedade que, nos últimos 15 anos, assim como nós tivemos o segundo *player* de educação a distância, no Governo passado, eu só consegui efetivamente reaver a educação a distância na Universidade



Castelo Branco depois que esse Governo saiu, e com a ajuda do Deputado Celso Jacob, depois de 1 ano de luta, depois de ter saído...

Primeiro, não existia uma regra para a educação a distância. Foi uma comissão à universidade dizer assim: "*Olha, o negócio é o seguinte, vamos fazer tudo. Eu sou professor, eu entendo tudo*". Eu não vou entrar em detalhes, o Deputado sabe muito bem o detalhe que aconteceu lá na universidade. E depois de 10 anos nós conseguimos reaver... Detalhe: nós conseguimos reaver a educação a distância 1 ano depois que ela foi fechada no Conselho Federal de Educação, que nos deu ganho de causa, e só conseguimos retirar a educação a distância depois de longa data.

Enfim, esse é só um breve relato do que estamos acostumados a passar. São tantas regulações, tantas avaliações, tantos mi-mi-mis, e a coisa não anda. O Prof. Fábio sabe que o que mais se baixa hoje no mundo é conteúdo, vídeo. É uma pesquisa que diz isso, não sou eu que estou dizendo, não. Pesquisas apontam que a forma de aprender mudou, e nós precisamos mudar também.

Eu não vou me alongar, eu quero escutar também esta Mesa, que, tenho certeza, será melhor ou igual à primeira. E tenho certeza de que esta iniciativa do Deputado vem ao encontro dos nossos anseios de necessidade não só de transformarmos este País através da educação, mas também de sabermos que hoje a educação não é a distância, não é presencial, porque estamos todos misturados.

Então, quero agradecer a oportunidade de estar participando desta audiência com pessoas tão ilustres, que entendem de educação e querem efetivamente transformar este País. Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Celso Jacob. MDB - RJ) - Agradeço sua participação.

Vamos passar a palavra ao terceiro palestrante, Stavros Xanthopoulos, Diretor da Associação Brasileira de Educação a Distância — ABED.

O SR. STAVROS XANTHOPOYLOS - Bom dia a todos. É um grande prazer estar aqui. Deputado Celso Jacob, eu te agradeço e te parabenizo pela iniciativa. E cumprimento a todos da Mesa, em especial a Profa. Cleunice, pelo convite para estar aqui hoje para falar desse assunto que nos ronda.

Eu acho que vou surpreender os senhores um pouquinho. Como bem disse o nosso querido Reitor Marcelo, a educação é uma só, não temos mais como dividir esse processo. Nós estamos falando de um *continuum* que vai do presencial ao *e-learning* puro, e nós



temos que dosar isso de alguma forma. Mas, como insistimos em manter a modalidade EAD, Profa. Cleunice, eu proponho algo, vamos dizer, bastante revolucionário, sem perdermos a sigla. Que tal chamá-la de Educação com Aproximação Digital? (*Risos.*) (*Palmas.*)

A única forma de educação a distância existente hoje são cursos por correspondência, aqueles em que receberíamos a apostila em casa, pelos Correios, e faríamos todo o trâmite educacional via Correios. Então, uma forma de mudar a visão do que chamamos de educação moderna, sem perder a sigla — recentemente cunhamos isso em uma discussão com amigos —, seria: Educação com Aproximação Digital.

Na realidade, o que fazemos hoje é aproximar as pessoas por meio da tecnologia. Nós vivemos uma era em que a Internet é um aterro sanitário de conteúdo. As redes nos unem. A UNESCO prevê 430 milhões de futuros demandantes de educação superior em 2030, sem considerar o ensino profissionalizante e a educação continuada. Então, tenham certeza, não vai acabar nada. O que vai acontecer é que nós vamos morrer se continuarmos burocratizando o nosso processo.

O Prof. Gustavo não está aí. Nós temos, sim, que afrouxar — é característica do mercado, não tenho dúvida nenhuma —, mas ocorre o seguinte, quando eu afrouxo a característica do mercado e os meus índices de qualidade educacional são distribuídos normalmente de 1 a 5, quem está próximo do 4, em um 3, diz: "*Se eu lançar 2 mil polos, vou virar um 3 baixo, mas não vou perder meu 3*". Então, o que acontece? Nós mesmos marcamos a regulação e não cuidamos de avaliar o impacto que isso tem pelas regras que estão lá. E aí, obviamente, o esperto vai aproveitar.

Obviamente, se não fizermos uma sistematização do sistema de garantia da qualidade, nós não vamos chegar a lugar nenhum. Se eu tenho uma escala em que sou, por exemplo, nota 8 e abro 2 mil polos, vou cair para a nota 5. Então, eu vou pensar 3 mil vezes antes de abrir polos de forma inconsequente. Estou dando só um exemplo de como devemos tratar isso.

Outra sugestão, se me permite, Profa. Cleunice, é que não devemos pensar num sistema de regulação de qualidade, nós temos que ter um sistema de gestão para o alto desempenho da educação e temos que criar critérios, características e itens que devem ser avaliados e descritos de tal forma a motivar a instituição a saber desenhar o seu modelo, porque aí eu incentivo a qualidade. E, dentro do contexto de garantia de qualidade, a



diferenciação sai naturalmente. Um fusca e um carro da Mercedes-Benz têm a mesma qualidade para aquilo que foram desenhados. Então eles são adequados para o que foram desenhados. O nosso referencial tem que incentivar a gestão do alto desempenho e não o controle ou a regulação, e isso tem que ser algo que vem naturalmente.

Se eu consigo fazer com que a instituição monte o seu projeto com critérios adequados, principalmente no que diz respeito àqueles critérios de meios e processos formativos, e se eu analisar esse eixo, nós teríamos um processo muito claro em que não há como entrar com modismos. E, para dimensionar o modelo educacional, seja ele híbrido, presencial, misto ou *on-line* puro, se eu olhar para o objetivo da aprendizagem, o público, e gerar meios para fazer com que isso chegue de forma sustentável, eu consigo desenhar os processos educacionais de uma forma bastante plausível. Então o instrumento deve conter esse tipo de coisa para incentivar um desenho adequado num modelo educacional. E aí eu não condiciono tanto os arquitetos dos cursos, os desenhistas institucionais e os gestores educacionais a se limitarem a manter as regras das porcentagens que inventamos em torno do processo educacional hoje.

Essa flexibilização, pela modernidade, caminha numa ruptura de paradigma cartorial, que é o paradigma do diploma. Enquanto não mudarmos o paradigma do diploma para o paradigma do saber, não saberemos desenhar os cursos para o futuro. As instituições, hoje, ofertam tudo em blocos, porque o MEC incentiva os blocos. E aí eu tenho o papelzinho que diz que eu fiz a minha pós e agora eu mereço o meu aumento, mas eu não empreendi nada com a minha pós. É preciso flexibilidade para poder ter certificados mais curtos e acumular, entender saberes, fazer análise dos *gaps* e propor características para que eu esteja alinhado não com o processo de aprendizagem, mas com a demanda das pessoas para que elas possam ingressar no mercado, se tornarem acadêmicas ou aumentarem o seu conhecimento, por objetivo pessoal de cada uma delas. Isso é algo que temos que incentivar. Sei que aí há implicação legal, de mudança de portarias, eventualmente de elementos muito fortes, mas, se não sacudirmos isso hoje, o Brasil vai para aquele quarto mundo que o meu colega de Mesa colocou. Então, a flexibilização do paradigma do saber, o foco no indivíduo e o processo de aprendizagem são consequência disso, e não o papel principal.

Quando falamos na formação do professor, essas diretrizes são essenciais, e aí talvez não seja só o professor universitário. Temos que mudar a formação do professor da



base, porque a desmotivação do aluno, hoje, se dá justamente pela falta de alinhamento entre esse nativo digital e a característica do professor, que nem imigrante digital é. Esse é outro desafio do ensino superior. Infelizmente, nos últimos 20 anos, nós formamos dezenas de milhões de analfabetos funcionais da nossa população, muitos deles, inclusive, com pós-graduação. Hoje o ensino superior tem um papel fundamental e uma oportunidade de mercado ímpar de ofertar educação continuada e de incluir essas pessoas, utilizando tecnologia dentro dos seus cursos de curta duração, usando o conceito de diplomas e de *certifics* que o mundo afora tem. Se eu não me engano, o Prof. Fábio falou em micro certificações, e isso é uma realidade em todo o mundo.

Outra coisa fundamental que eu acho que tem que fazer parte diz respeito, principalmente, à área pública. Esse contexto tem que fazer parte da área pública também, pois a qualidade é de todos. E no contexto da área pública, sou muito favorável a oferecer recursos para as universidades que abrirem seus conteúdos. Ou seja, o mundo hoje tem que ter tudo aberto, principalmente na área pública, que é financiada com dinheiro público. E isso, dentro de um contexto de qualidade, deve ser um item com bastante peso, tanto para a área privada, como para a área pública.

Educação aberta ou conteúdo aberto é fundamental para que as pessoas possam estudar quando quiserem e para trazer a oportunidade de se poder reconhecer esse saber do indivíduo, que pode vir a ser um cliente no futuro, além de ser um processo natural de qualidade, porque se você não tem coisa boa para expor, ninguém vai procurá-lo. Então há um processo natural de eliminar a má qualidade, quando pensamos em abrir os conteúdos publicamente. Tenho certeza de que isso deve fazer parte do instrumento de qualificação e de qualidade do ensino superior.

Eu achei fundamental o que a Profa. Beth lembrou sobre a carreira, não só do funcionário, como também do professor. Quando pensamos em carreira do professor, talvez certificações contínuas devam existir no processo de manutenção do professor. Tem que se pensar isso de alguma forma, e não tenho proposta clara em mente.

E uma coisa que esquecemos: o mundo do futuro é o mundo dos empreendedores, é de quem vai empreender no seu processo pessoal. Nada melhor do que um ambiente colaborativo e de tecnologia para trazer isso à tona. O contexto do empreendedorismo tem que estar envolvido nesse processo, com certeza, e naturalmente isso ocorre.



A título de ilustração, países como Alemanha, Canadá e Espanha, já há mais de 10 anos, preferem formandos em educação a distância, porque essas pessoas têm mais vontade de buscar estudo, trabalham melhor em grupo, são flexíveis, dominam as ferramentas que hoje fazem parte do nosso dia a dia pessoal, profissional e, por que não, no contexto da aprendizagem. Além disso, leem e escrevem mais; portanto, são muito melhores no contexto da comunicação. Essas habilidades de comunicação, conhecidas como *soft skills*, fazem parte de habilidades mínimas que precisamos para sobreviver neste século XXI, onde o jovem não quer mais holerite. Ele prefere festas presenciais e aulas virtuais, ele não quer perder tempo nesse sentido e quer a razão de ser de sua vida.

Enquanto não buscarmos isso em nossos entornos, não acreditarmos nas inteligências que temos na ponta e ficarmos centralizando tudo burocraticamente, vamos, mais uma vez, perder a chance de entrar e fazer o País constar de novo no mapa mundial.

Em resumo, era isso o que eu tinha a dizer. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Celso Jacob. MDB - RJ) - Agradeço a V.Sa. a participação e a contribuição.

Vamos passar a palavra ao quarto palestrante, o Sr. Welinton Baxto da Silva, representante da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior — SERES/MEC.

O SR. WELINTON BAXTO DA SILVA - Bom dia a todos e todas.

Quero fazer uma pequena correção, sou Coordenador-Geral de Supervisão da Educação Superior e estou representando a Secretaria de Educação, por consequência, o Secretário Silvio Cecchi, e pertenço também ao Grupo de Trabalho — GT do Referenciais de Qualidade.

Quero agradecer o convite ao Sr. Deputado Celso Jacob e a oportunidade aos colegas que participam do debate. Espero que consigamos trazer um referencial de qualidade mais atualizado. Cumprimento a Profa. Elizabeth Guedes; o Fábio Reis; a Profa. Cleonice Rehem; o Gustavo, da CONAES, com quem tive a oportunidade de trabalhar em 2010 justamente na Rede de Agências Nacionais de Acreditação — RANA; o Prof. Stavros, professor renomado e Vice-Presidente da ABED; o Prof. Marcelo; e a Profa. Iara Xavier.

Também gostaria de fazer constar a nossa colega Deizy Vasconcelos, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior — SERES, que também tem uma carreira brilhante no Ministério e tem dado apoio a todos nós.



Como representante da SERES e do GT, sou citado em várias situações e sinto-me com a obrigação não de responder, mas de dar a minha contribuição. Com relação à apresentação da professora, ela trouxe toda aquela parte contextual e, principalmente, a ideia de qualidade. Nas palestras que dou por aí, geralmente na área de educação e nos congressos, eu sempre falo: "*Educação para todos, 1930*". Quer dizer, falar em educação para todos é algo passado, e, conseqüentemente, a qualidade também deveria ser, ela deveria já estar no bojo dessa educação para todos.

Nessa abertura, buscando essa parte do marco regulatório que foi pontuado, nós do Ministério da Educação, ao longo do tempo, fomos instados por várias instituições e internamente também. Eu sou técnico efetivo do Ministério da Educação. Estou desde 2016 na Coordenação-Geral. Olhem o processo: fui efetivado em 2005, o concurso eu fiz em 2004, e só recentemente, em 2016, consegui uma Coordenação-Geral — para vocês verem como é difícil um técnico do Ministério da Educação alcançar um local onde consiga ter voz dentro do próprio Ministério, haja vista não ter toda aquela infraestrutura justamente apontada tão brilhantemente pela Profa. Elizabeth, que é o plano de carreira. As autarquias possuem plano de carreira, o Ministério não. Então, demora um pouco, porque há uma situação política internamente, que ao longo do tempo tentamos quebrar. Nem por isso, deixamos de contribuir tecnicamente, para que o Ministério não seja punido no futuro por ineficiência técnica.

O Prof. Marcelo expôs um pouco sobre a situação dele. Nós estamos sempre buscando trazer o melhor para as instituições. A situação é um caso a parte. Foi resolvido tardiamente, como o professor falou, mas foi resolvido. A mudança do marco regulatório é justamente tirar essas travas que porventura havia no antigo marco regulatório. Então, nós buscamos melhorar.

Com relação ao referencial de qualidade, já em 2010 a Profa. Iara estava coordenando esse GT da mudança desses referenciais. Em 2010, nós iniciamos uma pequena discussão. Em 2013, foi montado um GT para a discussão desses referenciais. Obviamente, em decorrência do momento político, houve várias mudanças e não se deu andamento para qualificar esses referenciais de qualidade — só estamos resgatando um pouquinho o que houve em 2013.

O Prof. Marcelo falou de alguns princípios, de critérios, de mudanças da faculdade, do centro, da universidade, que já possuem características próprias. Isso é um fato. Sempre



vislumbramos, inclusive em nossas análises, e hoje muito mais, com relação à mudança do marco regulatório, ter um olhar tecnicamente criterioso e apresentar ao Secretário, ao Diretor e ao Ministro essa forma técnica. Obviamente, se lá na frente o Conselho Nacional entender que tem que seguir outro viés, isso será uma situação política e não técnica, mas a parte técnica sempre busca esse viés.

Com relação à busca da titulação da infraestrutura adequada dessa instituição, entra a situação da EAD ou da apropriação digital, que é justamente a linha que a ABED vai encaminhar, para que a instituição tenha essa condição de aporte financeiro.

Quando as instituições chegam ao Ministério para consulta, elas perguntam: *"O que eu faço para implantar EAD?"* Quando damos aquelas orientações, elas falam: *"Muito obrigado pela consultoria"*. Eu não dou consultoria; pelo contrário, repasso as orientações, o que é obrigação do Ministério da Educação.

Temos que primar e resgatar cada vez mais essas orientações continuadas que se perderam ao longo do tempo. Portanto, estamos buscando repassar mais essas orientações. Estão aí as incidências, as continuidades que nós fizemos com relação ao Projeto SERES em Ação. Fizemos vários SERES em Ação com o Henrique Sartori, para justamente levar as orientações e tentar dirimir aqueles entraves que havia com relação às instituições e aos grupos que atuam na educação superior em todo o País. Estamos sempre buscando esse alinhamento.

Com relação à situação da EAD, e agora mais ainda com relação à possibilidade de haver EAD na educação básica, o entendimento é esse mesmo. Os Estados, obviamente, vão definir de que forma irão empregar a educação a distância no ensino médio. Há o entendimento — é óbvio, isso já foi divulgado por vários Governadores — de que isso não ocorrerá em toda a educação básica, mas apenas em alguns segmentos e em certos momentos. Eles ainda vão decidir em relação a isso.

Agora, isso é uma forma de preparar esse futuro estudante da educação superior para que ele chegue mais preparado, com as competências necessárias para o uso dessas tecnologias. Isso é para o estudante do século XXI e para o professor também. O professor tem que se preparar, tem que adquirir essas competências pedagógicas, tecnológicas, sociais, para poder encaminhar a educação a distância — se assim for entendido, ainda que não seja essa denominação.



Hoje a denominação híbrido não é definida por legislação. Se tiver que ser, talvez tenha que ser aqui no Congresso, através da mudança da própria LDB, falando como pesquisador da área.

Já tenho publicação de 2012 a respeito, falando sobre híbrido. Defendo o híbrido, defendo que deve haver porcentagem, que vai-se definir a porcentagem e dizer o quanto ela vai ser híbrida ou não e o quanto de aporte tecnológico das TICs há no seu modelo pedagógico.

Uma outra coisa também: por que o Ministério regula tanto? Porque, na realidade, a estrutura, a sociedade ainda não aprendeu a se regular. Há evidências em relação a isso.

Essa portaria foi suscitada porque, tecnicamente, foi proposta a Henrique Sartori, então Secretário da SERES, hoje Secretário-Executivo, a elaboração desse projeto de forma abrangente, para que tivéssemos condições de trabalhar e verificar, após a publicação do Decreto nº 9.057, de 2017, e a Portaria nº 11, de 2017, o que aconteceu, uma vez que a avaliação inicial foi aberta com relação a não avaliação do polo. Então, junto com esse projeto da portaria publicada pelo Ministro, há avaliação da educação de sede de polo de educação a distância, registro de diploma e também de atos vencidos.

Para que haja uma noção geral sobre esse levantamento que foi feito, das 580 IES autorizadas para EAD e que declararam que criaram polos após o decreto, nós já sabemos que 25 estão irregulares. Quanto às outras 386, que não declararam, vai ser verificado também se elas vão declarar e se estão irregulares.

Por que há uma regulação tão atuante hoje que permite que essas instruções cheguem mais próximas ao Ministério da Educação para serem orientadas? Porque nós temos evidências, por exemplo: 1 IES tem 411 polos cadastrados e mais 3.348 situações virtuais, que ninguém sabe o que são. Mas nós temos que mapear isso também. Temos que trazer isso para o bojo, e não liberar tanto, porque sabemos que existem instituições que são capazes e responsáveis, e existem outras que não são tão responsáveis e que acabam maculando toda a estrutura educacional. Então, há apenas uma instituição. Se nós imaginarmos que hoje há por volta de 3.400 instituições credenciadas para a educação superior no País, se uma IES faz isso, o que as demais estão fazendo? Isso vai um pouco ao encontro do que o professor comentou conosco aqui, no sentido de alinharmos essa situação.



Sou a favor da autorregulação, sim! O Ministério vai trabalhar com outras coisas. Com certeza, vai deixar de ficar tanto na regulação e na supervisão. Uma situação que eu sempre comentei enquanto técnico ministerial é que não posso permitir que o Ministério seja punido por falha técnica, principalmente se eu for o técnico que estiver lá atuando. É isso que comentamos e tratamos lá.

É levada ao Ministro da Educação, aos secretários, aos diretores e aos outros orientadores a situação que porventura vai ocorrer daqui a 20, 30 anos com relação àquela decisão que o Ministério tomou. Temos que direcionar essa situação.

Estive aqui no começo do ano — o Deputado Celso esteve presente falando sobre a universidade nos Municípios —, numa outra audiência pública. Eu também me postei com relação a isso. Nós temos que tratar isso de forma integral. Temos que tratar também da situação das universidades públicas com relação à universidade aberta e da educação superior ofertada, conforme aquela porcentagem permitida hoje de até 20%.

Enquanto pesquisador, tenho uma outra leitura com relação a isso. Entendo que, na verdade, tem que ser limitado o modelo na sua estrutura organizacional. A estrutura organizacional vai definir esse modelo, e não o contrário. A ideia é ter um modelo aventado por alguém para aquela instituição, e ela tenta empregar à sua instituição. Ela não tem dotação orçamentária, não tem infraestrutura, não tem corpo técnico, não tem corpo administrativo, não tem professores e não sabe como receber o estudante. Então, é por aí que temos que nos alinhar.

Nós somos flexíveis. Por isso, estamos hoje no referencial. Eu junto com Deisy Vasconcelos passamos por toda aquela parte da regulação justamente para não darmos um passo além daquilo que podíamos e para não ocasionar um caos na educação superior como um todo, que, conseqüentemente, reverberasse na educação básica. Pelo contrário, nós temos que dar sustentação jurídica.

Se os senhores visualizarem o Portal do Ministério da Educação, na SERES, vão verificar que, em 2016, quando assumi, imediatamente, na primeira semana, publiquei o Despacho nº 114, que traz o padrão decisório para nossas ações com relação à educação superior, principalmente àquelas que tratam de conceitos, para dar segurança jurídica às instituições e lhes mostrar que, se elas não entrassem naquele escopo, elas entrariam em irregularidade ou em deficiência. Isso foi importante, porque nós tínhamos audiências todo dia com o Ministro da Educação e com todos os coordenadores gerais e diretores. O IES e



os grupos pediam audiências. Nós reduzimos as reuniões para 1 no mês, quando há. Publicávamos, em média, 10 a 13 despachos anuais. Chegamos a publicar, por ano, 260 despachos para entender a situação, por sermos técnico ministerial. Por quê? Continuidade. É isto que buscamos: continuidade.

Não vou me alongar muito, mas, só para terminar, quero falar também com relação aos modelos. Nós já temos definidos claramente, no mundo todo — o professor já explanou isso —, modelos de educação a distância que as instituições podem implantar. Não é o MEC que diz o que ela tem que implantar. Nós vamos avaliar se aquilo que ela está implantando está adequado à sua infraestrutura, etc. Então, fiquem abertos. Ousem, de acordo com a sua competência, de acordo com a sua dotação orçamentária, de acordo com a sua infraestrutura, de acordo com as competências que os professores terão com aqueles alunos.

Parabenizo a Mesa anterior e a Mesa atual com relação às falas.

Um bom dia a todos!

O SR. PRESIDENTE (Celso Jacob. MDB - RJ) - Agradeço a sua participação.

Nós estamos finalizando as nossas exposições e passaremos aos debates.

Como autor do requerimento, vou fazer umas considerações naturais e explicar como funciona a Comissão.

Primeiro, gostaria de agradecer a nossa equipe da Comissão de Educação pela competência, pelo trabalho e pela dedicação. Toda a equipe faz um trabalho muito bacana aqui.

Hoje é quinta-feira e não há plenário funcionando, de forma que não se exige registro de presença; então, muitos Deputados de outros Estados se deslocam na quarta-feira mesmo. O que acontece nestas audiências? Elas são disponibilizadas tanto para o público, como para nós Deputados. Então, os Parlamentares pegam todas as audiências e vão ver, de acordo com o que eles se interessam em ouvir ou se especializar.

Então, às vezes, quando os senhores não veem Deputados aqui, pensam: "*Ah! Mas não há um Deputado aqui!*" Mas nós estamos atentos. Por exemplo, quando eu não participo de uma audiência, pego essa audiência e a assisto, com calma, em outro horário, ou a minha equipe técnica do meu gabinete a vê. Então, nós estamos sempre atentos. Assim como temos acesso, o público também o tem. Inclusive, há internautas que estão



participando, enviando perguntas. Então, esta audiência é pública, de forma que é muito interessante esta discussão que fazemos aqui.

Além disso, deve-se ressaltar o nível da discussão. Ela foi muito esclarecedora, o que é muito importante, porque dá uma ideia de como estamos vendo o mercado, a educação, como vamos regular isso, o que é muito importante.

Eu convidei a Universidade Castelo Branco, aqui representada pelo Prof. Marcelo Gissoni; também convidei, do meu Estado, a Unicarioca, a Estácio de Sá, porque eu queria ouvir como eles fazem na ponta. Temos presença também dos técnicos, dos especialistas e também do MEC, porque assim fechamos as ideias e podemos ter ideia do que acontece.

É boa essa explicação, esse entendimento, que é meu, e não da Comissão. Não falo pela Comissão aqui, falo por mim. A educação tem que ser vista como educação. Se é a distância, se não é outra coisa.

Outra coisa é o preconceito com a educação a distância, um preconceito grande no Brasil, que está sendo ultrapassado pela própria tecnologia, porque educação a distância está aqui, e nós estamos vivendo um mundo virtual, um mundo tecnológico muito avançado. Não há mais que se falar em restrição à educação a distância. Não dá mais para falar que educação a distância não tem qualidade ou, porque é a distância, não tem valor.

Eu acho muito mais difícil estudar a distância do que estudar presencialmente, porque você tem que ter responsabilidade própria. Aluno de curso a distância tem que ter sua responsabilidade, tem que ter tempo, que ele mesmo é quem determina, pois não há fiscalização. Já o aluno de curso presencial vai lá num horário fixo, estuda; portanto, é muito mais fácil, alguém regula para ele. Agora, o aluno a distância não, ele tem que abrir um espaço na vida dele. E toma um susto quem não faz isso. Se a prova é dia 29, e você descobre que não olhou nada, não viu nada, você está enrolado.

É muito mais difícil, porque a pessoa tem que ter responsabilidade, disciplina, organização da vida dela. Então, quem faz a distância merece até um reconhecimento maior, porque é muito mais difícil. Mas há um preconceito: "*Diploma de curso a distância? Não sei se tem valor*". Isso é uma coisa muito errada, que vai de encontro com o que vivemos. Estamos no mundo virtual, então, o ensino a distância tinha que estar no topo.

Outra coisa: em termos econômicos, em termos de realidade, você consegue fazer uma formação a distância morando no interior. Eu sou de Três Rios, no interior, e sei o que é isso. Muita gente lá faz ensino a distância. Lá há o Centro de Educação a Distância do



Estado do Rio de Janeiro — CEDERJ, da OAB, e a região toda consegue estudar. Tem gente de longe, 400 quilômetros, 300 quilômetros, que consegue estudar. Então, é um grande erro achar que o ensino a distância perde em qualidade.

Quem regula o ensino a distância é o mercado. Na realidade, todo mundo busca um diploma, mas deveria buscar, antes do diploma, conhecimento. Infelizmente, o pessoal quer entrar no mercado de trabalho, e está certo.

Nós vamos ter que adaptar a realidade deste País. Conforme o Prof. Marcelo Gissoni disse, somos muitos regionais, cada região tem um estilo, uma tendência, uma peculiaridade, e temos que respeitar isso. O ensino a distância consegue sobreviver a tudo isso. Então, é muito importante discutirmos esse assunto.

Quando eu fiquei sabendo disso, quando tomei conhecimento de tudo, pensei: a Comissão de Educação precisa conhecer, precisa participar, precisa dar opinião sobre isso, porque é uma regulação que vai, nos próximos anos, reger o mercado. E, quando falo mercado, penso não só nas faculdades particulares, não, mas em um contexto todo e na qualidade da educação, que serve como amparo para todos nós.

Muita gente não estuda, às vezes, porque não consegue seguir um curso presencial. O ensino a distância dá essa condição. Agora, nós temos também que regular alguma coisa, porque, senão, fica muito solto. Não podemos deixar assim completamente solto, mas precisamos entender o mundo em que vivemos. Esperamos realmente que isso aconteça.

Eu estou aqui, e os Deputados que não estiveram presentes vão ter acesso a este debate, vão receber uma tranquilidade maior, porque podem ver como é que está sendo feito, como é que foi formado o grupo de estudo, que contra com os técnicos, com o pessoal do MEC, com o pessoal das universidades. E, então, há um equilíbrio de forças para que possa haver qualidade: não é só o MEC, não é só o mercado. Então, eu saio daqui tranquilo, porque tenho certeza sobre a qualidade do trabalho que está sendo feito e conheço as ideias, que são as nossas ideias. E os Deputados vão ter acesso a isso tudo.

O Deputado Izalci Lucas estava aqui, mas o chamaram. Ele queria participar. Se ele voltar, nós vamos abrir a palavra para ele participar. Outros Deputados já estiveram aqui também. Então, vamos estar atentos.

Nós temos um debate ocorrendo agora e que está tomando conta da Casa, o debate sobre a escola sem partido. O Deputado Glauber Braga esteve aqui e teve que sair



correndo, pois esse debate está nos tomando um tempo grande, além de impor um desgaste grande. É um assunto muito polêmico. Então, muitos Deputados que ficaram hoje em Brasília estão presos nesse debate, e ele está pegando fogo. Fica realmente difícil.

Eu já falei dos Deputados que vão acompanhar, da nossa equipe.

Quanto à busca do diploma e o mercado de trabalho, isso é uma coisa que temos que entender. Por que buscamos o diploma? O que o mercado de trabalho espera de nós? Aí, os conteúdos têm que ser voltados para o mercado de trabalho, porque nós vamos ter uma anuência maior do mercado no sentido de termos um ensino a distância olhando o mercado trabalho.

Isso é uma coisa de que não podemos nos distanciar, pois é uma realidade, ou, então, ele perde o sentido, como aconteceu com o ensino médio ao longo dos anos, em que não houve acompanhamento do conteúdo programático, e o ensino médio não acabou, porque não podia acabar, mas foi esvaziado de todas as maneiras possíveis, até chegarmos a fazer a reforma do ensino médio. Essa reforma foi feita ao longo de algum tempo, mas que, no final, teve que fechar rapidamente, porque estava explodindo. A evasão escolar do ensino médio é uma coisa absurda, porque ele não atendia nada para coisa nenhuma. E o ensino a distância tem que se preocupar com isto: atender realmente o mercado.

O ensino a distância é economicamente mais barato para os governos. Ele consegue ter maior número de pessoas por um custo mais baixo. Isso atende a uma economia, e nisso temos que pensar, porque hoje em dia educação tem que ter qualidade, mas se tem que pensar também em economia. Temos que pensar que, quando o curso fica mais barato, as pessoas conseguem pagar. É muito mais barato pagar um curso a distância do que um presencial. Quem já está sem dinheiro não consegue financiamento, não consegue isso, não consegue aquilo.

E as universidades públicas? Existe um dado que as pessoas não podem esquecer: a pessoa de 30 anos, de 40 anos que quer buscar uma faculdade tem que fazer ENEM. Ela vai competir com uma pessoa de 16 anos, de 17 anos, 18 anos, que está estudando, com o conteúdo fresquinho na cabeça, com maior condição. Geralmente, essa pessoa que tem 40 anos já está no mercado de trabalho, consegue pagar e sair desse vestibular pesado e competitivo. Então, temos o vestibular normal, o ENEM, e temos esse tipo de acesso de ensino que atende boa parte das pessoas.



Outra consideração importante é que a Comissão vai ter acesso a isso tudo, nós vamos acompanhar o desfecho, o desenrolar disso. Da audiência que os senhores da Comissão vão convocar, fatalmente alguém nosso vai participar. E estamos aqui mais ou menos tranquilos de que existe um trabalho sério sendo feito, isso nos tranquiliza.

Nós temos alguns internautas que participam da nossa audiência. Temos aqui quatro perguntas, que vou repassar aos senhores. Se alguém quiser respondê-las, fique à vontade. Não vou direcioná-las a ninguém.

O Cristiano Antonio Lorenssetti pergunta o seguinte:

Por que razão esta Portaria nº 50/2018 não foi criada há muito tempo, posto que o nível de qualidade no ensino a distância tem deixado a desejar desde sua criação, sem contar que a maioria dos profissionais formados nesta modalidade estão completamente despreparados para o mercado de trabalho?

Essa é a opinião dele. Não quer dizer que concordemos com isso, mas, se alguém quiser comentar essa primeira pergunta, fique à vontade. Vou repetir a pergunta:

Por que razão esta Portaria nº 50/2018 não foi criada há muito tempo, posto que o nível de qualidade no ensino a distância tem deixado a desejar desde sua criação, sem contar que a maioria dos profissionais formados nesta modalidade estão completamente despreparados para o mercado de trabalho?

O mercado de trabalho é uma coisa. Alguém quer comentar?

A SRA. CLEUNICE MATOS REHEM - Como é o nome do internauta?

O SR. PRESIDENTE (Celso Jacob. MDB - RJ) - Cristiano Antonio Lorenssetti.

A SRA. CLEUNICE MATOS REHEM - Cristiano, de fato, havia um anseio muito grande para que esses referenciais de qualidade da educação superior a distância pudessem ser atualizados. Todos nós, nas Secretarias do MEC, vínhamos questionando, discutindo, e a legislação que foi atualizada já favoreceu muito nessa direção.

Com a atualização da legislação, o nosso Secretário percebeu que estava num momento de oportunidade de oficializar uma revisão desses referenciais, e nós comemoramos, ainda que você possa estar considerando que tenha sido de forma tardia, mas ainda assim comemoramos a definição desse grupo, e essa atualização está em pleno desenvolvimento. Esperamos inclusive entregar isso à sociedade antes do prazo legalmente estabelecido.



Eu tenho certa concordância e discordância em relação ao seu complemento, em relação à qualidade dos profissionais que estão sendo entregues ao mercado. Seria interessante ampliarmos a nossa ótica e verificar a qualidade também das entregas em relação aos cursos presenciais. Você já buscou fazer essa comparação? Acho que é muito importante que você e outras pessoas possam fazer essa comparação. De egressos da educação superior a distância, nós temos destaques muito interessantes.

Estudos foram feitos e mostram os primeiros lugares em concursos sendo ocupados por egressos da educação a distância. Também temos profissionais que podem não corresponder aos perfis desejados e necessários. Temos de tudo, tanto na educação a distância, quanto na educação presencial, sem detrimento de nenhuma parte específica de responsabilidade da educação a distância. A questão não é o modo como é entregue, a questão é o perfil e o nível de responsabilidade tanto das instituições, quanto dos estudantes da educação superior.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Celso Jacob. MDB - RJ) - Acho que ela respondeu bastante, fechou a questão. Nós concordamos com o que ela disse.

É boa a discussão. É importante ter a participação. Aqui nós temos o direito de discordar e apresentar os nossos posicionamentos.

A próxima pergunta é de Daywison Ferreira, que fala o seguinte:

Sabendo que o acesso à escola de qualidade ainda é um privilégio e que boa parte da população brasileira não tem acesso à Internet, quais são as considerações utilizadas por parte da proposta para contornar a atual crise educacional, sabendo do desfalque do acesso à Internet na maioria das residências?

Ele está dizendo que não há Internet. Eu acho que a Internet está bem avançada, bem acessível. Hoje em dia quase todo mundo tem um telefone que tem acesso à Internet. Se tem WhatsApp, é porque tem Internet e tem como fazer. Todo mundo sabe usar o WhatsApp, mas pesquisar acha que não pode. Essa é a minha opinião, mas vamos ouvir a opinião do professor.

O SR. STAVROS XANTHOPOYLOS - Daywison, de alguma forma você tem um pouco de razão no que diz respeito à Internet chegar a todo o território nacional. Isso acontece. Nós, certamente, temos um mea-culpa, porque normalmente desenhamos a forma com que a tecnologia deve chegar aos locais de forma estanque, ou seja, temos



banda Ku sobrando que não é utilizada. Não usamos essa banda para levar conteúdo para essas áreas onde se pode gerar redes locais, independentemente de telecomunicação, que teriam o mesmo efeito no que diz respeito ao contexto educacional. Hoje nós temos vias de fibras óticas subutilizadas, nas quais redes locais dedicadas também podem ser criadas. E eu estou falando de Estados no Norte e Nordeste.

Também temos que mexer na legislação de telecomunicação e parar de investir, por exemplo, em telefonia fixa. Para vocês terem uma ideia, perto do meu apartamento, no Rio de Janeiro, instalaram quatro postes de telefone público, cada um com três orelhões. Qual é o custo e a utilidade disso? E eles estão num perímetro que não cobre mais do que 300 metros quadrados.

Se eliminarmos esse tipo de investimento, vamos poder, sim, ampliar. Tenho certeza de que as empresas de telecomunicações vão ofertar banda mínima e quantidade mínima de rede para a educação se soubermos fazer isso direito. Aí, Deputado, vamos ter que contar com o apoio de vocês, ou seja, dos legisladores, porque isso vai exigir mudança de lei.

O Brasil tem em torno de 50 mil antenas de telefonia celular hoje, e a China tem 1 milhão. Se fizermos a proporção por uso de habitantes, o número ideal para o Brasil seria de 150 mil. Se conseguirmos dobrar isso com uma nova política de telecomunicação, já conseguimos ter uma abrangência grande. Se fizermos um plano de 4 a 8 anos para chegar a 150 mil, isso é coberto.

Então, há saídas. O que não podemos é ter projetos únicos para soluções diferentes, para atingir as pessoas que necessitam disso, e o brasileiro é muito ávido a conteúdo de boa qualidade.

Eu fiquei impressionado com que o senhor levantou sobre o WhatsApp e gostaria de trazer uma complementação. Em 2008, eu lancei cursos gratuitos abertos, contra toda a minha diretoria na instituição em que eu trabalhava — eles diziam que quem não tinha Internet não teria acesso a isso. Para a nossa surpresa, quem mais acessava eram as pessoas das classes C, D e E. Foram milhões de acessos. Eu fiz pesquisa com os alunos. Eles pediam certificação, e nós criamos uma forma de certificá-los por meio de uma declaração de participação. Só que, antes de eles imprimirem, eles respondiam perguntas. Às vezes, todos eles ficavam em fila de *lan houses* para acessarem por meia hora o computador. O conteúdo era de boa qualidade, e isso tinha um impacto na vida do indivíduo.



O brasileiro realmente vai atrás. Nós temos é que fazer chegar até ele.

O SR. PRESIDENTE (Celso Jacob. MDB - RJ) - Com certeza.

Mais alguém gostaria de falar sobre o caso do Daywison? *(Pausa.)*

Passamos para o caso do Saulo Poletto: *"Os pais merecem o direito de escolha. O Estado deve oferecer condições de estudo adequadas para aqueles que não têm condições de estudar a distância, bem como oferecer condições de avaliar aqueles que optam por estudar em casa. Adequem o modelo às necessidades da sociedade que me representam!"*

O SR. STAVROS XANTHOPOYLOS - Saulo Poletto, posso estar errado, mas eu acho que de alguma forma você disfarçou um pouquinho e não quis falar de *homeschooling*, que significa o direito de os filhos estudarem em casa. Talvez o que você esteja pleiteando — e com toda razão — é que devemos flexibilizar a educação para que todos tenham a opção dessa flexibilização. E o estudo em casa é uma das formas e não a única forma.

Com certeza, isso deve entrar em pauta. Na minha visão, entrou em pauta de forma errada, porque houve um pleito para escola em casa através de *homeschooling*, que chegou ao STF. Só que isso não é flexibilizar, mas começar a dar soluções específicas. Certamente deve haver projetos para a flexibilização da educação nos períodos. Cada um tem o direito de aprender como quiser. Com isso eu concordo, porque o meio pelo qual você aprende não interfere em como você gera a sua aprendizagem, as suas competências e o conhecimento que você acumula.

O SR. PRESIDENTE (Celso Jacob. MDB - RJ) - Heronides Araújo disse: *"Um dos pontos negativos que vejo no ensino a distância é em relação ao psicológico dos alunos, onde vários deles têm dificuldades (desconsiderar aqui os especiais) com determinadas coisas na hora do aprendizado. Como professora presencial, fica mais dinâmico orientar os alunos nos estudos"*.

Essa é uma opinião dela.

O SR. WELINTON BAXTO DA SILVA - O ensino tem que ter a qualidade desejada. Agora, o modelo a seguir tem que se adequar às competências que você adquiriu. Todo o material tem que ser adequado àquele perfil do estudante. Sempre se tem que buscar a instituição que atenda ao seu perfil, às suas condições tecnológicas, às suas condições de locomoção se houver polo. Também, deve-se buscar que essas condições de materiais, de modelo pedagógico, melhorem cada vez mais. Para isso, é necessário que você dê um



feedback para a instituição — se está ou não atendendo a esse modelo para o seu interesse.

O SR. STAVROS XANTHOPOYLOS - Ela menciona os alunos especiais...

O SR. PRESIDENTE (Celso Jacob. MDB - RJ) - Ela exclui.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. STAVROS XANTHOPOYLOS - Ela exclui? Então, se não há relação psicológica, isso vai contra a experiência que eu tenho de mais de 25 anos trabalhando com educação a distância como coordenador, professor e dirigente. Eu acho que existe esse tabu, sim, e é interessante um dia você ir a uma formatura de uma turma a distância. Você vai ver que o engajamento deles, seja com o professor, seja com o tutor, seja entre eles, é muito maior do que em qualquer turma presencial que eu conheço, porque o ambiente virtual faz com que as pessoas tenham muito mais contato.

Então, por favor, reveja isso de alguma forma, com alguma experiência, porque eu tenho certeza absoluta de que não está precisa essa sua colocação desse aspecto psicológico.

A SRA. IARA DE MORAES XAVIER - Eu também gostaria de corroborar com isso, porque essa também não é a experiência que eu tenho. Pelo contrário: na educação a distância, o relacionamento é quase individualizado, é muito próximo. A tecnologia não afasta, ela até aproxima. É impressionante! A tecnologia chega inclusive a gerar um relacionamento individualizado e até muito pessoal entre professor e aluno. Isso ocorre não só na graduação, como também na pós-graduação, no *stricto sensu*, quando você passa até a orientar mestrandos e doutorandos por meio digital. É impressionante a relação de amizade e de carinho que se forma. É impressionante! O psicológico está muito presente. A criação de vínculos é diferente do presencial. Muitas vezes, no presencial você está numa atividade com 40 ou 50 alunos, e o distanciamento se torna muito maior e muito mais difícil. Na educação a distância é muito mais próximo esse vínculo e muito mais presente o relacionamento, seja com o tutor, com professor, seja com o supervisor. E existem os momentos de encontro inclusive, que são muito mais frequentes.

A minha experiência não é nesse sentido trazido aqui. Acho que isso é um preconceito. Quem trabalha com educação a distância sabe que isso não ocorre.

O SR. PRESIDENTE (Celso Jacob. MDB - RJ) - Eu também já presenciei várias formaturas, professora, e realmente acontece isso. É uma união muito bacana.



Queria registrar que temos na nossa Casa o Projeto de Lei nº 3.179, de 2012, sobre educação domiciliar, cujo autor é o Deputado Lincoln Portela, e a Relatora é a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende. Nós ainda não pautamos esse PL porque havia uma briga com o Supremo, e precisamos esperar o Supremo resolver. Agora ele está para entrar em pauta. Como estamos no final do ano, é mais provável que ele entre em pauta no início do ano que vem para ser discutido na nossa Comissão. Era só uma informação sobre esse tema.

Queria agradecer aos palestrantes pela brilhante contribuição nesta audiência pública e perguntar se alguém quer fazer algum comentário final. *(Pausa.)*

Vamos encerrar os trabalhos e agradecer a presença de todos.

Convido todos para a reunião deliberativa do dia 28 de novembro, às 10 horas, no Plenário 10 desta Casa.

A SRA. CLEUNICE MATOS REHEM - Qual é o endereço de acesso para podermos rever esta audiência?

O SR. PRESIDENTE (Celso Jacob. MDB - RJ) - Está na página da Comissão: www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ce.

Está encerrada a reunião.